



Índice

- 01 [Índios Mundurukus libertam reféns no Pará](#)
- 02 [Munidos com flechas, Xavante protestam contra prisão de índio](#)
- 03 [Indígenas ampliam ocupação na fazenda Esperança](#)
- 04 [Brasil e Bolívia promovem mostra de filmes indígenas](#)
- 05 [Lideranças indígenas discutirão "rumos" da Fazenda Esperança](#)
- 06 [Comunidades indígenas fazem reivindicações no prédio da Funasa](#)
- 07 [Comissão da Agricultura recebe ministro para esclarecer demarcações indígenas](#)
- 08 [Leis que regulamentam territórios indígenas só valem no papel](#)
- 09 [Pro Paz Cidadania atende cerca de 100 indígenas em Cumaru do Norte](#)
- 10 [Argentina: Papa recebeu representante de comunidades indígenas](#)
- 11 [Funai tinha prisões para índios durante ditadura](#)
- 12 [Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR recebe exposição "Cores do Xingu"](#)



Índios Mundurukus libertam reféns no Pará
SÍTIO O GLOBO, 23.06.2013

Segundo comissão enviada pelo governo ao estado, lideranças indígenas exigiram suspensão dos estudos para instalação de duas hidrelétricas

SÃO PAULO — Três pesquisadores que eram mantidos reféns no Pará por índios mundurukus foram libertados na noite deste domingo. A informação foi divulgada por volta das 21h pelos representantes da comissão enviada no sábado pelo governo federal para negociar com as lideranças indígenas.

Os biólogos foram soltos em troca da suspensão dos estudos de impacto ambiental para a instalação de duas hidrelétricas na região. Os índios da tribo mundurukus mantinham presos os três pesquisadores desde sexta-feira.

Djalma Nóbrega, Luiz Peixoto e José Guimarães, que trabalham para a empresa Concremat, foram sequestrados na noite de sexta-feira por índios no Médio Tapajós, onde estão sendo feitos estudos para a instalação das usinas hidrelétricas São Luís do Tapajós e Jatobá.

Sob argumento de que os profissionais, sem autorização, estariam trabalhando em terra indígena, os mundurukus mantiveram os três presos em uma praça no centro da cidade de Jacareacanga, naquela região. Eles foram levados para o local com as mãos amarradas. Guerreiros da tribo estiveram no local para evitar que os profissionais fugissem.



Munidos com flechas, Xavante protestam contra prisão de índio

SÍTIO COLIDER NEWS, 24.06.2013

Um grupo de índios da etnia Xavante realiza na manhã desta segunda (24), um protesto em frente ao Fórum de Nova Xavantina (659 km de Cuiabá), cobrando a soltura do índio Aurélio Tseran, preso na última sexta (21).

Tseran foi detido após ser flagrado dirigindo embriagado e sem carteira de habilitação, na BR-163. De acordo com informações da Polícia Civil, o acusado ainda conduzia um veículo com sinais de adulteração. A Justiça decretou a prisão preventiva do índio e ele foi encaminhado para Cadeia Pública de Água Boa (743 km da Capital).

Os Xavante chegaram a realizar um protesto em frente à Cadeia Pública da cidade no último domingo (23), mas ao saberem da transferência de Tseran decidiram realizar o protesto na manhã de hoje.

De acordo com informações do site de notícias local, Folha NX, os índios estão com os corpos pintados, simbolizando que estão prontos para o embate e empunhando flechas e bordunas. Eles exigem a liberação de Tseran, por entender que o índio foi preso por um "motivo pequeno".

O advogado Wande Alves Diniz está no local tentando intermediar a soltura do índio. Policiais militares e civis também estão no local e acompanham o protesto. Por conta da manifestação, o Fórum não realiza expediente esta manhã.



Indígenas ampliam ocupação na fazenda Esperança

SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 23.06.2013

O conselho Terena reunirá quase 200 pessoas, sendo 43 caciques e mais 157 lideranças, entre professores, ex-caciques e anciões

Há três dias do prazo final para desocupação da fazenda Esperança em Aquidauana, que é ocupada por cerca de 500 indígenas da etnia Terena, eles ampliaram a presença na fazenda tomando mais uma das quatro sedes.

De acordo com o advogado da comunidade, Luiz Henrique Eloy, nos próximos dias os caciques da região irão se reunir para explicar a decisão judicial que ordena a retirada dos indígenas, que poderá ter uso da força policial. O conselho Terena reunirá quase 200 pessoas, sendo 43 caciques e mais 157 lideranças, entre professores, ex-caciques e anciões.

Na sexta-feira (28) deverá começar a negociação com a Polícia Federal para retirada dos indígenas da propriedade.

Fonte: Capital News



Brasil e Bolívia promovem mostra de filmes indígenas

SÍTIO FOLHA DO MS, 25.06.2013

As cidades bolivianas de La Paz e Santa Cruz serão palcos de uma mostra de cinema indígena de hoje (25) até sábado (28). O evento é promovido pelo Centro de Formação e Realização Cinematográfica (Cefrec) que apresenta filmes sobre os diferentes povos indígenas que vivem nos dois países, além de propostas de defesa dos direitos para as etnias.

Na Bolívia, autoridades, produtores culturais e cineastas defendem um Plano Nacional Indígena Originário de Comunicação Audiovisual com o objetivo de promover discussões sobre temas relacionados na região.

Alguns trabalhos são de cineastas indígenas, chamados de originários da Bolívia. O produtor cultural ZezinhoYube participará do debate que vai discutir a crise global agravada pelas diferenças econômicas e sociais, as mudanças climáticas, a fome e o posicionamento da América Latina neste contexto.

Também estão previstas discussões sobre os ideais do “viver bem” e do “bom viver”, respeitando as tradições e costumes dos povos indígenas, questões presentes nos filmes que serão apresentados na mostra.

Versão pa



Lideranças indígenas discutirão "rumos" da Fazenda Esperança

SÍTIO JLNEWS, 24.06.2013

Pelo menos 200 lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul irão se reunir nesta quarta-feira (26) para debater a situação da Fazenda Esperança, localizada no município de Aquidauana, que está sob domínio dos indígenas desde o dia 30 de maio. Os terena e kadiwéu irão esclarecer aos demais índios a situação da posse da terra reivindicada pelas tribos locais.

O mandado de reintegração de posse, que foi expedido pela 1ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande, vence nesta quinta-feira (27) e, conforme o texto da determinação, a presença dos policiais federais no processo de desocupação da área invadida é indispensável.

Também será discutida no encontro das lideranças a reunião do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), marcada para esta quinta-feira e que contará com integrantes do fórum nacional, a respeito da questão das demarcações de terras em Mato Grosso do Sul.

Fazenda Fazendinha

Informações da imprensa de Aquidauana dão conta que um grupo de indígena teria invadido a sede da Fazenda Fazendinha, que fica próxima a Fazenda Esperança. O grupo surpreendeu o proprietário e determinou a ele um prazo de 24 horas para que retirasse todos os seus pertences da propriedade, caso contrário, perderia tudo.

A ação, ainda conforme os noticiários do município, seria uma represaria contra a determinação judicial de reintegração de posse da Fazenda Esperança. Os funcionários da área tomada começaram a retirar os bens nesta manhã (24).



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2013

Brasília, 25 de junho de 2013.

Comunidades indígenas fazem reivindicações no prédio da Funasa

SÍTIO O IMPARCIAL, 24.06.2013

Indígenas tomaram de conta da sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) na manhã desta segunda-feira (24/6) reivindicando melhorias no sistema de saúde.

Segundo superintendente da Funasa, Dr. Jair Tannus Junior, os manifestantes querem que o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), que tem um prédio no mesmo local, dê uma solução para a falta de assistência às comunidades

Entre as etnias presentes, estão representantes dos Canelas, Guajajaras e Kre-iê.

(O Imparcial Online)



Comissão da Agricultura recebe ministro para esclarecer demarcações indígenas
SÍTIO RURAL CENTRO, 24.06.2013

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural recebe nesta quarta-feira (26), o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que prestará esclarecimentos sobre os processos de identificação, delimitações e demarcações de terras indígenas no País.

A convocação de Gilberto Carvalho foi aprovada no último dia 12 por meio de requerimento do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). "Além da convocação do ministro, ainda vamos lutar pela regulamentação do Artigo 231 da Constituição Federal, a volta da Portaria nº 303 da AGU, a instalação da PEC 215 que transfere para o Congresso Nacional a prerrogativa sobre as demarcações", afirmou Heinze.

De acordo com o parlamentar, conflitos entre índios e o setor produtivo brasileiro tem se tornado cada vez mais evidente na mídia nacional, "motivados principalmente por divergências entre identificações, delimitações e demarcações de terras indígenas que muitas vezes se sobrepõem às terras produtivas".



Leis que regulamentam territórios indígenas só valem no papel

SÍTIO JORNAL DO CAMPUS, 24.06.2013

por João Vitor Oliveira

A Constituição de 1988 e o processo de redemocratização do país deram um novo tratamento aos povos indígenas brasileiros. Até então, a relação do Estado com os índios, estabelecida pelo Estatuto do Índio de 1973, tinha como perspectiva a integração e assimilação dos mesmos à cultura do homem branco. A nova Carta Magna deu ênfase ao multiculturalismo nacional e ao direito dos indígenas de preservar suas tradições. No entanto, boa parte do que foi estabelecido legalmente não tem sido cumprido na prática pelas autoridades.

“Enquanto em outros lugares do mundo essa ideia de assimilação já foi superada, no Brasil ela persiste”, declara Larissa Mies Bombardi, professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). “Nossa sociedade ainda pensa que a autonomia dos índios é uma fase a ser superada”.

A lei determina que as riquezas do solo, rios e lagos existentes nas terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são de usufruto exclusivo deles, exceto em casos de relevante interesse público da União. Mesmo assim, as áreas são alvo de constantes invasões de fazendeiros, mineradores, pescadores e posseiros. De acordo com a pesquisa Conflitos no Campo Brasil 2012, do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 15% do total de conflitos por terra no país envolvem famílias indígenas.

Além disso, algumas dessas terras são cortadas por obras públicas de infraestrutura ou mesmo afetadas pelas consequências ambientais da construção de usinas hidrelétricas. “O que é de relevante interesse público da União ainda não foi disciplinado pelo Congresso Nacional, a quem cabe fazê-lo por meio de uma lei complementar”, destaca Robério Nunes Filho, Procurador Regional da República na 3ª Região – São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Um exemplo recente é a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que afetará as terras do povo Munduruku. O processo tem sido apontado como inconstitucional.

Segundo o procurador, a principal violação decorre da ausência de consulta prévia aos índios. A Carta determina que o aproveitamento dos recursos hídricos – incluídos os potenciais energéticos –, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados se ouvidas as comunidades afetadas. A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, exige o mesmo, e ressalta que os procedimentos aplicados na consulta devem ser adequados.

“Mas não é o que acontece aqui”, acredita Camila Salles de Faria, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da FFLCH. “Eles são consultados em uma linguagem jurídica que a maioria não compreende”.

CONT.



No caso de Belo Monte, a lista de presença passada pelos consultores aos indígenas foi usada para referendar um suposto acordo que, em verdade, não ocorreu. Larissa ressalta que a consulta foi capciosa, dirigida apenas para o interesse da construção da usina.

Atraso na demarcação

Segundo a Constituição Federal, o prazo final para a demarcação de todas as terras indígenas brasileiras seria outubro de 1993. Duas décadas se passaram e, no entanto, cerca de duzentos territórios, de um total de 672, ainda precisam ser homologados, segundo dados da Funai.

Para o procurador Robério, a ausência de vontade política quanto ao assunto provém da oposição à concessão de terras aos índios, exercida por fazendeiros e políticos ligados à bancada ruralista do Congresso Nacional. "Nesse quadro, nunca foram dadas à Funai as condições financeiras e materiais adequados para fazer a demarcação das terras", afirma. Além disso, os constantes processos judiciais que o órgão federal e seus profissionais sofrem, em geral por parte dos ruralistas, prejudica o trabalho.

A demora na execução do que foi definido em lei é alvo de críticas dos povos indígenas. "A luta que seria de cinco anos vira de trinta", comenta a doutoranda Camila. Ela explica que o método empregado pela Funai na demarcação já é, em si, vagaroso. As terras passam por uma série de estudos antropológicos, históricos, fundiários e cartográficos para fundamentar sua delimitação. Tramitam ainda pelo Ministério da Justiça para serem autorizadas para a demarcação e, posteriormente, homologadas pelo presidente da República, para que sejam por fim regularizadas com registro em cartório.

No entanto, Larissa pontua a importância do método adotado pelo Órgão: "Ele dá atenção ao sentido simbólico do território e tem toda a competência profissional necessária para avaliar o que significa, de fato, a terra para o indígena, fazendo a demarcação da maneira correta".

Em meio à maior crise indígena do governo Dilma Rousseff, instalada pela discussão em torno da PEC 215, a presidente da Funai desde abril de 2012, Marta Azevedo, renunciou ao cargo no começo do mês, alegando problemas de saúde.



Pro Paz Cidadania atende cerca de 100 indígenas em Cumaru do Norte

SÍTIO GOVERDO DO ESTADO DO PARÁ, 24.06.2013

O terceiro destino da Caravana Pro Paz Cidadania na etapa do sul do Pará foi o município de Cumaru do Norte, onde a ação aconteceu durante todo o sábado, 22, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade, que tem uma população de aproximadamente 11 mil pessoas. No total, foram realizados 1.272 atendimentos, entre os quais 378 emissões de carteiras de identidade, 207 CPFs, 164 carteiras de trabalho, 64 certidões de nascimento e 48 atendimentos jurídicos. Cerca de 100 indígenas que moram às proximidades da sede do município, cercado por pequenas aldeias – sobretudo da etnia Kaiapó –, também foram atendidos.

De acordo com a técnica da Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), Andradina Souza, no caso dos indígenas, o processo começa pela transformação do Registro Administrativo de Nascimento do Índio (Rani) – emitido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) no momento do nascimento – em uma certidão de nascimento civil, como a de qualquer cidadão brasileiro. É somente a partir daí que podem ser confeccionados os outros documentos, como RG, CPF e carteira de trabalho. “Em Cumaru do Norte, nós priorizamos essa demanda para que os índios pudessem voltar com a maior brevidade às suas aldeias”, explicou.

Para o vereador e também indígena Xere Kaiapó, hoje a população indígena conhece os seus direitos e precisa ter a sua cidadania garantida. “É verdade que no passado, nós, indígenas, não estávamos tão preocupados com isso, mas hoje estamos envolvidos na sociedade como um todo, por isso precisamos e queremos ter a nossa documentação completa. E o governo do Pará tem facilitado isso para nós”, destacou.

Moradores não indígenas da cidade também foram beneficiados pela ação. É o caso do trabalhador rural Francisco Silva, de 64 anos. Cearense, ele mora no Pará há 25 anos e há mais de um ano perdeu todos os documentos. Foi somente com a ação do Pro Paz em Cumaru do Norte que ele conseguiu reaver os papéis. “É muito ruim viver sem documento porque a gente não pode fazer nada, não pode viajar, corre até o risco de se envolver em algum problema com a lei e não tem como comprovar quem é. O governo está de parabéns por proporcionar essa alegria para a gente”, comemorou.

A prefeita de Cumaru do Norte, Cleuza Temponi, disse que com a ação o governo do Pará está, de fato, chegando a todas as regiões do Estado. “o governo Simão Jatene está fazendo uma gestão ampla, sadia e, de fato, para todos os paraenses, atendendo não só às cidades grandes, mas também os municípios de pequeno porte, como é o caso de Cumaru do Norte”, avaliou.

A Caravana Pro Paz Cidadania está oferecendo gratuitamente serviços de emissão de documentos e atendimento jurídico para a população do sul e sudeste do Pará. Para isso, conta com cerca de 50 servidores do Pro Paz, Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Polícia Civil e Defensoria Pública.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 109 / 2013

Brasília, 25 de junho de 2013.

Nesta etapa, que começou no último dia 17, serão percorridos 19 municípios até o dia 1º de agosto. O atendimento é gratuito e acontece das 8 às 17h. A cidade a ser atendida é Conceição do Araguaia, onde o serviço será prestado no Centro de Atendimento ao Empreendedor Cidadão, nesta segunda, 24, e terça-feira, 25.



Argentina: Papa recebeu representante de comunidades indígenas

SÍTIO AGÊNCIA ECCLESIA, 24.06.2013

Líder dos 'Qom' denunciou violações dos Direitos Humanos

Cidade do Vaticano, 24 jun 2013 (Ecclesia) – O Papa recebeu hoje no Vaticano o líder de uma comunidade Qom, da Argentina, que lhe apresentou as suas preocupações pelas violações dos Direitos Humanos que sofrem os povos indígenas.

Além de Félix Díaz, dirigente da comunidade étnica Qom "A Primavera" (Formosa, Argentina), marcaram presença nesta audiência a sua mulher, Amanda Asijak, e o padre Francisco Nazar, vigário episcopal para os povos originários da Diocese de Formosa, além do prémio Nobel da Paz Adolfo Pérez Esquivel.

Segundo comunicado do Vaticano, Félix Díaz agradeceu ao Papa por esta “manifestação de interesse e de apoio”, após ter falado sobre as “dificuldades que enfrentam os povos indígenas da Argentina e da América Latina”.

O responsável levou a Francisco, natural da Argentina, a sua “preocupação pela proteção dos direitos” destes povos, em particular no que diz respeito “ao seu território e à sua identidade cultural”.

Em declarações aos jornalistas, o líder da comunidade Qom disse que o Papa apelou ao diálogo com o Governo e mostrou conhecer “perfeitamente” a problemática indígena.

2,38% da população argentina é indígena, número que sobre para 6,1% na província de Formosa, segundo dados do censo de 2010.



Funai tinha prisões para índios durante ditadura

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 23.06.2013

Durante os anos de chumbo, após o golpe de 1964, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve silenciosamente em Minas Gerais dois centros para a detenção de índios considerados "infratores". Para lá foram levados mais de cem indivíduos de dezenas de etnias, oriundas de ao menos onze estados das cinco regiões do país. O Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), eram geridos e vigiados por policiais militares. Sobre eles recaem diversas denúncias de violações de direitos humanos.

Os "campos de concentração" étnicos em Minas Gerais representaram uma radicalização de práticas repressivas que já existiam na época do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – órgão federal, criado em 1910, substituído pela Funai em 1967. Em diversas aldeias, os servidores do SPI, muitos deles de origem militar, implantaram castigos cruéis e cadeias desumanas para prender índios.

Os anos desde o fim da ditadura pouco contribuíram para tirar da obscuridade a existência dos presídios indígenas. Um silêncio que incomoda novas lideranças como Douglas Krenak, 30 anos, ex-coordenador do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Copimg). "Em 2009, recebi um convite para participar das comemorações, em Belo Horizonte (MG), dos 30 anos da Anistia no Brasil. Havia toda uma discussão sobre a indenização dos que sofreram com a ditadura, mas a questão indígena não foi nem sequer lembrada", reclama.

Douglas é mais um entre os que têm histórias familiares de violência física e cultural sofridas nesse período. "Meu avô foi preso no reformatório Krenak", conta. "Chegou a ser arrastado com o cavalo de um militar, amarrado pelos pés".

Para a pedagoga Geralda Soares, ex-integrante do Conselho Indigenista Missionário em Minas Gerais (Cimi-MG), é fundamental reparar a dívida com os indígenas vítimas de violências no período – que, acredita ela, não difere daquela reconhecida como direito de outros grupos que sofreram nos porões da ditadura. "Muitos desses índios, na minha concepção, são presos políticos. Na verdade, eles estavam em uma luta justa, lutando pela terra", defende. Não existe, no Brasil, nenhum indivíduo ou comunidade indígena indenizado pelos crimes cometidos pelo Estado nessas áreas de confinamento.

"Se cabe para os outros, porque não cabe para os índios?", questiona Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ela lembra que há relatos de pessoas desaparecidas após ingressarem em tais locais, cujos familiares vivem até hoje sem qualquer tipo de resposta do Estado ou política de reparação.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada pelo governo federal em maio de 2012, definiu os crimes contra camponeses e indígenas como um dos seus 13 eixos de trabalho. O balanço de um ano de atividades da CNV, divulgado recentemente, informa que a existência de

CONT.



prisões destinadas a índios é um dos seus objetos de pesquisa. A Agência Pública entrou em contato para saber mais detalhes sobre as apurações que estão sendo realizadas, mas a Comissão não se pronunciou.

INFERNO

Em 1965, o combalido Serviço de Proteção aos Índios (SPI), afundado em denúncias de inoperância e corrupção, começou a negociar um convênio com o governo de Minas Gerais, através do qual o Executivo estadual assumiria a incumbência de garantir a ordem e a assistência às aldeias locais. O acordo foi ratificado posteriormente pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967. Assim nasceu Reformatório Agrícola Indígena Krenak, um "centro de recuperação" de índios mantido pela ditadura militar no município de Resplendor (MG).

Sem alarde, o reformatório – por vezes também chamado de Centro de Reeducação Indígena Krenak – começou a funcionar em 1969 em uma área rural dentro do Posto Indígena Guido Marlière. As atividades locais eram comandadas por oficiais da Polícia Militar mineira, que, após o estabelecimento do convênio, assumiram postos-chave na administração local da Funai.

Nos anos seguintes, foram enviados para lá mais de cem índios, pertencentes a dezenas de comunidades. Um mosaico de etnias que incluía desde habitantes do extremo norte do país, como os índios ashaninka e urubu-kaapor, a povos típicos do sul e do sudeste, como os guaranis e os kaingangs.

Até hoje, muito pouco se divulgou sobre o que de fato acontecia no local. "O reformatório não teve sua criação publicada em jornais ou veiculada em uma portaria", escreve o pesquisador José Gabriel Silveira Corrêa, autor de um dos poucos estudos sobre a instituição. "Seu funcionamento e a própria 'recuperação' lá executada passavam pela manutenção do sigilo".

Em 1972, o então senador pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido de sustentação da ditadura – Osires Teixeira, se pronunciou sobre o tema na tribuna do Senado, em uma das poucas manifestações conhecidas de agentes do Estado sobre o reformatório. Afirmou que os índios levados ao Krenak retornavam às suas comunidades com uma nova profissão, mais conhecimentos e saúde e em melhores condições de contribuir com o seu cacique. "O Brasil tem sido vítima de ignóbeis explorações de sua política indigenista por órgão da imprensa no exterior, quando, na verdade, todos sabemos que o Brasil foi o único país do continente que, para a conquista de sua civilização, jamais dizimou tribos indígenas", afirmou Teixeira.

Relatos atuais de ex-presos e familiares, no entanto, revelam uma realidade muito diferente daquela descrita pelo senador da Arena.

Rotina de prisão degradante para centenas de índios de várias etnias

CONT.



A sede do reformatório possuía duas edificações. Numa delas ficava a administração, o almoxarifado e o alojamento dos guardas. Já a outra era o reformatório propriamente dito. Dispunha de cozinha e refeitório, além de duas celas individuais, dois confinamentos coletivos e dois cubículos para detenção – estes últimos destinados a encarcerar quem cometesse faltas graves no dia a dia correcional.

Pela manhã, após o desjejum, os “confinados” – jargão utilizado para designar os índios – eram levados para trabalhos rurais, que prosseguiam também depois do almoço. No fim do dia, numa rotina tipicamente prisional, eram postos para dormir após o banho e o jantar coletivo.

“Íamos até um brejo, com água até o joelho, plantar arroz”, revela Diógenes Ferreira dos Santos, índio pataxó levado ao Krenak em 1969. “Botavam a gente para arrancar mato, no meio das cobras, e os guardas ficavam em roda vigiando, todos armados”, complementa João Batista de Oliveira, conhecido como João Bugre, da etnia krenak. A região onde foi instalado o reformatório era habitada pelos índios krenaks, e muitos de seus representantes também foram presos.

A reportagem da Agência Pública teve acesso a diversos documentos produzidos pelos policiais que comandavam as atividades do reformatório – ofícios, telegramas e fichas individuais que acompanhavam, mês a mês, o comportamento dos presos. Uma dessas fichas, de um índio da etnia karajá, descrito como lerdo e preguiçoso, deixa claro a obrigatoriedade dos trabalhos braçais. “É um elemento fraco, parecendo até mesmo ser um retardado. Se pudesse, não faria nenhum serviço.”

Outras formas de tratamento degradante, como, por exemplo, escassez no fornecimento de comida, calçados e vestimentas, também estão explicitadas nesses ofícios. “À tarde eles chegam do serviço, tomam banho e vestem a mesma roupa molhada de suor”, escreve o cabo da PM Antônio Vicente, então chefe do Posto Indígena Guido Marlière, em telegrama de 1971, pedindo providências a seus superiores.

Em 1972, outro comunicado informa que se esgotaram todos os alimentos locais. “Os índios confinados estão se alimentando de pura mandioca e inhamé. Considerando-se a precariedade da alimentação, serão suspensos os trabalhos braçais”.

Até três anos presos por banalidades

Homicídios, roubos e o consumo de álcool nas áreas tribais – na época fortemente repreendido pela Funai – são alguns dos motivos alegados para a transferência de índios ao Krenak.

Além disso, os documentos do órgão também citam brigas internas, uso de drogas, prostituição, conflitos com os chefes de posto, indivíduos penalizados pelo “vício de pederastia” e atos descritos, não raro de forma bastante vaga, como vadiagem.

Segundo os registros oficiais, alguns índios permaneceram por mais de três anos e havia indivíduos sobre os quais desconhecia-se até o suposto delito. “Não sabemos a causa real que

CONT.



motivou o seu encaminhamento, uma vez que não recebemos o relatório de origem”, escreve o cabo Vicente, ao escritório central da Ajudância Minas-Bahia da Funai, a respeito de um xavante, considerado de bom comportamento, que lá estava há mais de cinco meses.

“Uma das histórias contadas é a de dois índios urubu-kaápor que, no Krenak, apanharam muito para que confessassem o crime que os levou até lá”, explica Geralda Chaves Soares, que trabalhou do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Minas Gerais, e atua como pesquisadora da história indígena no estado. “O problema é que eles nem sequer falavam português”.

Surras com chicotes e o confinamento em solitária eram outros castigos aplicados, segundo os relatos colhidos pela pesquisadora.

Se comunicar em língua indígena, diz o ex-presos João Bugre, era terminantemente proibido. “Você era repreendido, pois os guardas achavam que a gente estava falando deles”, lembra. Situação ainda mais difícil para aqueles que não sabiam português. “Tinha que aprender na marra. Ou falava, ou apanhava”.

Bugre foi preso em 1970. O registro sobre o caso, descrito nos documentos da Funai, afirma que ele transportou cachaça para dentro da aldeia e se embriagou com outros índios. “João Bugre está insuportável pelas desobediências que vem cometendo. Já faz jus a um confinamento e está detido em alojamento separado”, relata o documento.

“Muitos, como eu, não tinham feito nada. Tomei uma pinga. Será que uma pinga pode deixar alguém preso quase um ano?”, questiona ele. Bugre afirma ter ficado preso no reformatório por cerca de nove meses.

Além do consumo de bebida, também sair da área do posto indígena era considerada uma falta grave. “Meu avô chegou a ser arrastado com o cavalo de um militar, amarrado pelos pés, porque tinha saído da aldeia”, revela Douglas Krenak. “Eu, uma vez, fiquei 17 dias preso porque atravessei o rio sem ordem, e fui jogar uma sinuquinha na cidade”, rememora José Alfredo de Oliveira, também índio Krenak.

São exemplos do comportamento comumente classificado como “vadiagem” pelos representantes do órgão indigenista na época. Até mesmo atividades tradicionais de caça e pesca fora dos postos indígenas – não raro pequenos e impróprios para prover a alimentação básica – podiam, segundo relatos, levar índios a temporadas correcionais.

Via de regra, os presos lá chegavam a pedido dos administradores regionais das áreas indígenas. Mas, em alguns casos, por ordem direta de altos escalões em Brasília.

É o caso de um índio canela encaminhado à instituição em julho de 1969. “Além do tradicional comportamento inquieto da etnia – andarilhos contumazes –, o referido é dado ao vício da embriaguez, quando se torna agressivo e por vezes perigoso. Como representa um péssimo exemplo para a sua comunidade, achamos por bem confiá-lo a um período de recuperação na Colônia de Krenak”, atesta ofício emitido pelo diretor do Departamento de Assistência da Funai,

CONT.



Lourival Lucena.

Famílias tinham as terras tomadas

O depoimento do pataxó Diógenes Ferreira dos Santos sugere um outro motivo para a prisão de indígenas no reformatório Krenak.

Em meados da década de 1960, ele era apenas uma criança no dia em que, conforme conta, viu dois policiais chegando à Reserva Indígena Caramuru – um vasto território de Mata Atlântica, no sul da Bahia, tradicionalmente ocupado pelos pataxós. Vieram acionados por um fazendeiro, que reclamava ser o dono daquele local. “Tinha uma árvore ali em frente [onde Diógenes vivia com seus pais], e eles cravejaram de bala. Depois mandaram tirar tudo o que tinha dentro da nossa casa, e meteram fogo nela”, diz.

(Diário do Pará)



Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR recebe exposição "Cores do Xingu"
SÍTIO BEM PARÁ, 24.06.2013

Resultado de uma parceria com o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, da cidade de Tupã-SP, o objetivo da exposição é colocar o visitante em contato direto com as causas indígenas do Parque da Região do Xingu. A reserva, situada no norte do Mato Grosso, totaliza uma população de aproximadamente 5.500 índios de 14 etnias diferentes. A ideia também é promover uma reflexão sobre a questão indígena no Brasil, por meio de fotografias dos povos xinguanos e das peças do acervo do MAE. A exposição será realizada na sede do Museu, em Paranaguá, nas instalações do prédio que abrigou o antigo Colégio dos Jesuítas, fundado em 1755.

Durante a abertura, a professora da UFPR Laura Pérez Gil proferirá palestra sobre o tema, e o Quarteto Líberi, integrantes do Madrigal da UFPR, apresentará um concerto de peças populares e eruditas de temática indígena, dentre elas, composições de Villa Lobos e cantos coletados e arranjos pelos compositores Marlui Miranda e Marcos Leite.

Exposição - A mostra é composta por painéis fotográficos e instalações, com imagens feitas pela fotógrafa e pesquisadora Bárbara Avelino e curadoria de Diná Jobst, do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Junto a esse material, serão expostas diversas peças xinguanas do acervo do MAE, sob a curadoria da professora Laura Pérez Gil. As peças são relacionadas com os quatro rituais, objetos da exposição. As imagens, os textos e os objetos expostos oferecem um panorama sobre a vida ritual entre os povos do Alto Xingu, com um importante valor documental no que diz respeito à sociabilidade indígena e de grande apelo estético pela beleza de ornamentos, pintura corporal, música e danças.

"Cores do Xingu" é uma mostra itinerante e foi apresentada pela primeira vez no Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, em Tupã-São Paulo. A exposição agora será realizada em parceria com o MAE, ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná (Proec).

Serviço:

Local: Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR

Endereço: Rua XV de Novembro, 575, Paranaguá - PR

Data: de 05 de julho a novembro de 2013

Preço: Não divulgado